

**NÃO
ACREDITE
EM TUDO O QUE PENSE**

Mitos do senso comum
na era da austeridade

Coordenação:
José Soeiro, Miguel Cardina
e Nuno Serra

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXIII

Índice

© 2013, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Não acredite em tudo o que pensa.*
Mitos do senso comum na era da austeridade.

Coordenação: José Soeiro,
Miguel Cardina e Nuno Serra
Autores: Ana Cordeiro Santos, António Rodrigues,
Catarina Martins, Elísio Estanque, Fernando Rosas,
Francisco Louçã, José Castro Caldas,
José Soeiro, Luís Fernandes,
Manuel Jacinto Sarmiento, Manuel Loff,
Maria José Casa-Nova, Mariana Mortágua
Miguel Cardina, Nuno Serra
Paulo Pedroso, Ricardo Sequeiros Coelho
e Sílvia Ferreira
Revisão: Tinta-da-china
Capa e composição: Tinta-da-china

1.ª edição: abril de 2013
ISBN: 978-989-671-157-3
Depósito Legal n.º 357 811/13

INTRODUÇÃO..... 9
José Soeiro, Miguel Cardina e Nuno Serra

PARTE I: ESTADO, CRISE E ECONOMIA

Temos vivido acima das nossas possibilidades? 17
Ana Cordeiro Santos
Gerir um país é como gerir uma casa?..... 31
Ricardo Sequeiros Coelho
O Estado deve ser gerido como uma empresa?..... 43
José Castro Caldas
Temos de pagar a dívida? 55
Mariana Mortágua

PARTE II: TRABALHO, DIREITOS E EMPREGO

O desemprego é uma oportunidade? 73
Elísio Estanque
Baixar os salários é o caminho para salvar
a economia? 85
Francisco Louçã
Os direitos dos mais velhos estão a bloquear
os dos mais novos? 95
José Soeiro
O que faz falta é sermos empreendedores? 109
Luís Fernandes

PARTE III: ESTADO SOCIAL E AMEAÇAS DO MERCADO

Há professores a mais e alunos a menos? 125

Nuno Serra

Quem pode deve pagar mais pela saúde? 141

António Rodrigues

A Segurança Social é insustentável? 155

Sílvia Ferreira

O RSI é um estímulo à preguiça? 167

Paulo Pedroso

A Cultura pode viver do mercado? 177

Catarina Martins

PARTE IV: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE

Na escola de antigamente
aprendia-se mais do que na de hoje? 189

Manuel Jacinto Sarmento

No tempo de Salazar é que era bom? 203

Fernando Rosas

Os ciganos é que não querem integrar-se? 213

Maria José Casa-Nova

A culpa é dos políticos? 223

Manuel Loff

Isto não vai lá com manifestações? 237

Miguel Cardina

NOTAS BIOGRÁFICAS 249

Introdução

José Soeiro, Miguel Cardina e Nuno Serra¹

O título deste livro é uma provocação. Se é sabido que temos uma certa tendência para só ouvirmos o que já confirma a nossa opinião, o desafio que aqui fazemos ao leitor vai em sentido inverso: estar disponível para pôr em causa o que pensa, para questionar ideias que tantas vezes damos por adquiridas.

Uma das maiores dificuldades em compreender o que está a acontecer nas nossas vidas resulta da natureza aparentemente óbvia das explicações que circulam no espaço público sobre a origem dos nossos males. Expressões como «andámos a viver acima das nossas possibilidades», «é preciso baixar os salários», «temos de ser empreendedores», «na escola de antigamente é que se aprendia», «é preciso fazer sacrifícios para pagar a dívida», entre tantas outras, foram-se instalando acriticamente no nosso quotidiano. Representam ideias que, por serem repetidas incessantemente, se cristalizam e deixam de ser postas em causa. É a partir delas que se fazem os debates, mas elas próprias nunca estão em discussão.

¹ A ideia deste livro nasceu de um conjunto de debates temáticos — «Conversas sobre o Senso Comum» — que a cooperativa CULTRA (<http://www.cultra.pt>) tem vindo a realizar desde 2012 em diferentes pontos do país. Os coordenadores agradecem à Inês Hugon e à Madalena Alfaia o seu contributo no processo de revisão e edição dos capítulos que constituem este livro. O seu olhar crítico e exigente garantiu a coerência de conjunto que, desde o início, pretendemos alcançar.

Estas ideias do senso comum — a sua linguagem, o seu encadeamento e os seus argumentos — fornecem todo um repertório interpretativo que constrói, regula e controla o conhecimento disponível sobre aquilo que nos rodeia, delimitando os termos do debate público e impedindo-nos de pensar para lá dessas mesmas ideias. Por esta razão, uma vez que tais ideias ultrapassam o domínio meramente linguístico e constituem práticas que moldam, de modo sistemático, os temas sobre os quais incidem, decidimos trazê-las à discussão e colocá-las em causa.

Na sequência da crise financeira de 2008, chegou por momentos a parecer que a derrota intelectual do neoliberalismo estava iminente, ao ser exposta, como nunca, a sua irracionalidade. Até o *Financial Times* chegou a fazer de um questionamento subversivo o tema de uma das suas edições: «Capitalismo, uma boa ideia?». Três anos depois, contudo, verificamos que a resposta dada à crise instalou uma austeridade e um «estado de exceção» permanentes e sem limites, que esvaziam a democracia, clamam sem cessar pelos sacrifícios dos mais frágeis, em nome de um suposto bem comum, e promovem a transferência crescente e intolerável de rendimentos do trabalho para o capital.

Não é por acaso que o «empobrecimento» e a «austeridade» são apresentados — e apreendidos pela opinião pública — como inevitáveis. Ambos assentam em argumentos e descrições cuja eficácia reside, precisamente, no simplismo das formulações e na carga moralista que encerram. Quando estas ideias não conquistam o apoio explícito dos cidadãos, obtêm pelo menos um sentimento difuso de resignação, que contribui para se aceitar o sofrimento e a expiação como sendo fatalmente necessários. Esta «fabricação do consentimen-

to» tem nas ideias do senso comum — aqui debatidas e questionadas — uma das suas mais poderosas forças motoras.

Não se trata de ideias soltas ou avulsas. Como peças de uma engrenagem, organizadas e devidamente justapostas, elas tecem toda uma narrativa que atravessa e interliga diferentes mundos: o universo da política, da democracia e da participação cívica; o universo do Estado, do mercado e da economia — mergulhados hoje numa crise de grandes proporções, cujos contornos temos ainda dificuldade em perceber; e o universo do trabalho e dos direitos sociais, decisivo para uma verdadeira inclusão social e para o exercício pleno da liberdade e da cidadania. É por isso que a resposta deste livro à(s) história(s) que o senso comum conta procura igualmente assentar numa visão de conjunto, transversal, que confronta não só as próprias ideias mas também as relações que se estabelecem entre elas e que as tornam mais fortes e persuasivas.

Repetidas pelo discurso político, reproduzidas nas conversas de autocarro, reforçadas pelas histórias de alguma comunicação social, onde tantas vezes a opinião e a informação se confundem, as ideias que este livro discute são essenciais no jogo de representações que sustenta a realidade como ela é e a suposta adequação das soluções que têm sido aplicadas. A hegemonia neoliberal passa precisamente por aqui: pelo modo como consegue o consentimento perante a injustiça, pela forma como constrói significados dentro da cabeça das pessoas. Neste processo, o senso comum mantém uma relação de intenso concubinato com as ideologias dominantes.

Importa todavia reconhecer que estas mesmas ideias têm um ponto fraco fundamental: em grande medida, a rea-

lidade desmente-as. E é por isso que essa contradição deve ser exposta e explicitada, pois é ela que alimenta o bom senso crítico que jaz sepultado sob este senso comum. É aliás esse bom senso alternativo dos cidadãos que explica, contra o círculo vicioso da dominação, a capacidade de resistência e o surgimento de mobilização social e de alternativas ao instituído. É evidente que muitas das representações que subjazem às narrativas de senso comum são formas de opressão inculcadas de modo profundo em cada um de nós. Por vezes, resultam de um consentimento consciente, mas muitas vezes assentam numa espécie de «violência simbólica», da qual não nos apercebemos. Reconhecendo-o, este livro parte de uma hipótese: é possível aos cidadãos desenvolverem instrumentos para entenderem as origens da sua dominação. E parte também de uma aposta: a capacidade de se libertarem dela.

De facto, a crise não revitalizou apenas o ideário neoliberal, que aí encontrou um campo fértil e promissor para colocar em prática o seu projecto selvático de organização política, económica e social. Na verdade, um pouco por todo o lado, na Europa e fora dela, as mobilizações cidadãs tomaram conta das ruas e das praças. O processo de submissão dos espíritos, que passa pela capacidade de controlar o que as pessoas pensam — domesticando-as a partir de ideias falsas, como as que se discutem neste livro — tem vindo, gradualmente, a ser posto em causa.

Entenda-se pois este livro como uma espécie de manual de autodefesa intelectual. O seu objetivo é contribuir para libertar a compreensão do mundo — e, mais especificamente, do processo de crise que vivemos em Portugal — das mistificações, das crenças e das mitologias que susten-

tam o nosso próprio empobrecimento e todas as formas de desigualdade. É, desse ponto de vista, um livro de combate, na medida em que uma das lutas mais importantes dos dias que correm é a disputa pelas categorias de entendimento, de classificação e de interpretação da realidade.

A primeira condição desse combate é uma vigilância permanente em relação às palavras escolhidas para descrever a realidade, porque elas contêm já uma interpretação do mundo (feita de «ajudas» em lugar de empréstimos, de «empreendedorismo individual» em vez de escolhas coletivas, de «privilégios» em vez de «direitos universais», por exemplo). A segunda é que se convoquem todos os recursos da razão e as melhores armas da crítica. A terceira é que se rejeite a tentação de vanguardismo, tanto quanto a subserviência acrítica, em relação ao senso comum. Neste livro, a rotura com o senso comum é o primeiro passo para a construção de um outro senso comum, baseado no bom senso igualitário e emancipatório.